

REUNIÃO DAS ESCOLAS DA MAGISTRATURA¹

NILSON VITAL NAVES*

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça e
Diretor-Geral da Enfam*

Neste momento, quando nos reunimos para proceder à abertura da primeira reunião das escolas da magistratura – estaduais e federais – promovida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cumpre-me dar as boas-vindas a todos quantos vieram, de perto e de longe, para, juntos, estabelecermos diálogo que, sem dúvida, será eficaz para o fortalecimento da Justiça em nosso país.

Inicialmente, permitam-me reviver, embora de relance, o 12 de abril de 2007, dia em que o Judiciário brasileiro assistiu, com esperança, à instalação da Escola Nacional, uma inédita previsão constitucional. Naquela ocasião, dávamos, de fato, corpo e alma ao que dispunha, ainda em fase embrionária, a Emenda nº 45, de 2004. Mas a verdade é que esse órgão já existia na forma de sonho no coração de alguns. Quem não se lembra do Desembargador Bittencourt, que, já na década de sessenta, propunha uma nova concepção de recrutamento e seleção? E o Ministro Sálvio? Ele sonhou, durante muitos anos, com a realidade que estamos começando a viver agora. Com eles, outros previram, em razão do aumento das exigências da prestação jurisdicional, a necessidade de criação de um órgão que contribuísse para o aprimoramento da magistratura, dando-lhe, neste Brasil plural, digo, de tantas diferenças, harmoniosa voz.

Creio, e todos hão de concordar comigo, que somos privilegiados, somos ou não? Embora também pense eu que esse privilégio implique grande responsabilidade – talvez seja bem maior a

¹ Palavras proferidas na reunião das escolas da magistratura, Brasília, 10.8.07.

responsabilidade que o privilégio! Ora, somos nós os responsáveis, vejam, pelo futuro da Justiça – missão nobre, porém de alvos desafiadores. Aliás, o nosso futuro será ditado, de modo decisivo, por uma capacidade de entender que transcenda as fronteiras dos Estados e regiões, sobretudo pela atitude de querer mudar, e, para isso, haveremos de percorrer distâncias dentro de nós mesmos – por certo, as maiores!

Sim, porque outras distâncias já foram palmilhadas – o tempo e a experiência podem bem apontar as etapas do nosso amadurecimento. Querem ver? Poderíamos, aqui, fazer uma análise histórica da implantação das escolas da magistratura espalhadas pelo mundo afora e dos eventos que inflamaram tão seminal projeto. Claro que não é esse o nosso propósito, mas poderíamos falar, por exemplo, do pioneirismo do Japão, das mudanças e propostas advindas do “I Congresso Internacional de Magistrados”, ocorrido em Roma, no ano de 1958, evento no qual se ouviu a sábia recomendação de se implantarem centros de preparação de magistrados; em consequência disso, a França, já no mesmo ano, instalava a École Nationale de la Magistrature. Poderíamos falar, ainda, e bem mais perto de nós, sobre a instalação, nos anos setenta, das primeiras escolas brasileiras: Minas Gerais e Rio Grande do Sul abriam-nos o caminho. Na década seguinte, a Associação dos Magistrados Brasileiros criava a Escola Nacional da Magistratura. Em duas décadas – a de oitenta e a de noventa –, vimos o surgimento de vinte e três novas escolas no Brasil. Estas e aquelas, havemos todos de reconhecer, foram erguidas em nosso solo, com a ingente tarefa de contribuir para o aperfeiçoamento da magistratura. Tomei a liberdade de citar tais fatos só para lembrar-lhes o caminho que já percorremos. Agora, o que temos a fazer é andar para a frente.

Digo isso porque, nesta fase de implementação da Enfam, foi instituído grupo de trabalho com o intuito de definir o modelo institucional e operacional da Escola. Importa dizer que os integrantes reuniram-se na semana de 18 a 22 de junho, tendo elaborado proposta de modalidades

de cursos de formação para ingresso na carreira e de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e de promoção de magistrados, diretrizes gerais já aprovadas pelo Conselho Superior da Enfam em sessão realizada em 28 de junho último. A propósito, tais modelos foram testados em outros países, e dúvidas não tenho de que darão certo em nosso país também, sobretudo porque a Enfam está buscando fazer a adaptação dos paradigmas já implantados pelas escolas brasileiras. E, se já vingaram em outros segmentos no âmbito nacional, por que não teriam êxito no Judiciário?

Em boa verdade, precisamos, agora, esmiuçar essas ideias sem ter medo de mudanças. Sei que mudanças são desconfortáveis – que sejam! –, todavia, se benéficas, por que não enfrentá-las? Uma coisa posso assegurar-lhes: elas concorrerão efetivamente para o crescimento dos nossos magistrados. A esperança é que todos alcancem a estatura do juiz ideal no cumprimento da função judicante. Nesse sentido, espero possamos, de modo consciente e apropriado, construir em nome da Justiça!

À vista disso, deixo aqui o meu apelo: que esta reunião seja realmente um encontro de vontades voltadas para o bem e saúde da magistratura. Que tenhamos um discurso de convergências, e não de divergências. Em algumas circunstâncias, premidos pelo viés da tensão entre a certeza que empurra e a dúvida que freia, ficamos andando em círculo, sem jamais sair do lugar. Por isso evoco, aqui, o princípio vital da democracia, que é transformar ideias, muitas vezes antagônicas, em soluções e, no nosso caso, em soluções que fortaleçam o Poder ao qual temos a honra de pertencer.

Gostaria que este dia fosse lembrado, mais tarde, como o feliz início daquela parceria a que me referi no discurso de instalação da Enfam. Disse naquela ocasião e repito hoje: o Judiciário é a totalidade dos órgãos do Estado. Embora estejamos numa federação, o Judiciário não é

nem federal nem estadual, é eminentemente nacional, ainda que os órgãos instituídos possam trazer a marca dessa distinção. Irmanados, tenhamos, pois, o mesmo ideal, a saber, a excelência da prestação jurisdicional. Afinal, somos o Poder Judiciário!

Quero finalizar minhas palavras trazendo-lhes algumas boas notícias. A primeira delas é que já está no Congresso Nacional projeto de lei que cria o quadro de servidores da Enfam; a segunda é que o nosso orçamento, no qual prevista a construção do prédio de funcionamento da Escola, já foi internamente aprovado; a terceira é que fizemos, recentemente, a indicação de dois juízes que participarão do Seminário “Présentation des institutions judiciaires françaises”, a realizar-se no mês de outubro, em Paris.

Com os meus agradecimentos, deixo aqui uma solicitação: ajudem-nos a cumprir a nossa missão constitucional. Mandem-nos sugestões, compartilhem conosco suas ideias. Só assim, poderemos exercer, a contento, a nossa vocação histórica.